RELATÓRIO de atividades 2023

ISA
Instituto Socioambiental

Lançamento do livro *Povos Indígenas no Brasil 2017/2022* em março de 2023, em São Paulo. O evento contou com a presença de lideranças indígenas femininas em sua mesa de debate. A obra é a 13º edição da coleção e traz um balanço do período mais cruel pós-ditadura para indígenas no Brasil.

Foto © Claudio Tavares/ISA

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos socioambientais no Brasil. O ISA trabalha lado a lado com comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, seus parceiros históricos. Atua apoiando e fortalecendo sua participação política, sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e projetos de geração de renda como estratégias para a proteção e gestão territorial de Terras Indígenas e Áreas Protegidas.

Com equipes locais e escritórios regionais, o ISA atua em três importantes territórios: Rio Negro (AM/RR), Xingu (MT/PA) e Ribeira de Iguape (SP). O trabalho dos programas Rio Negro, Xingu e Vale do Ribeira, em parceria com associações de comunidades locais e organizações não governamentais, e redes regionais e nacionais, articula projetos alinhados com sua incidência nacional por meio dos programas de Política e Direito Socioambiental, Povos Indígenas no Brasil e articulações transversais como o Redário, Economias da Sociobiodiversidade e Iniciativa Clima.

Conselho Diretor
Márcio Santilli (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Leão Serva e Raul Silva Telles do Valle

Conselho Fiscal
Isabelle Vidal Gianinni, José Carlos Almeida Libânio, Marcelo Hercowitz, Mario Monzoni e Pablo Molloy

Secretaria executiva
Adriana Ramos e Rodrigo Gravina Prates Junqueira
Assessora: Clara de Assis Andrade

Conselho de Gestão Estratégica (CGE)
Adriana Ramos, Ana Valéria Araújo, André Villas-Bôas, Fábio Endo, Frederico Viegas, Leão Serva, Márcio Santilli, Marina Kahn, Marcos Wesley, Milene Maia Oberlaender, Moreno Saraiva Martins, Raul Silva Telles do Valle, Roberto Rezende, Roberto Santos Almeida, Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Edição e revisão M. Inês Zanchetta
Projeto gráfico e diagramação Ana Cristina Silveira/Anacê Design
Apoio à pesquisa de fotos Claudio Tavares e Brenda Okubo

Siga-nos nas redes sociais: @socioambiental /institutosocioambiental /socioambiental /socioambiental @socioambiental

NOSSOS ENDEREÇOS:

São Paulo (sede)
Edifício Metropolitano.
Praça Dom José Gaspar, 134 - 12º andar, 01047-912, Centro Histórico de São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900,
isa@socioambiental.org

Altamira
Av. João Pessoa, 3466, Jardim Independente II, 68372-235, Altamira (PA)
tel: (93) 3515-5749,
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista
R. Presidente Costa e Silva, 116, São Pedro, 69390-670, Boa Vista (RR)
tel: (95) 3224-7068,
isabv@socioambiental.org

Brasília
SHIN, CA 05, Conjunto J-1, Salas 203 a 216, Pavimento 1, Lago Norte, 71503-505, Brasília (DF)
tel: (61) 3035-5114,
isadf@socioambiental.org

Canarana
Rua Tuparendi, 521, Centro, 78640-000, Canarana (MT)
tel: (66) 3478-3491,
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado
Rua Nove de Julho, 71, Centro, CEP 11960-000, Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697,
isaribeira@socioambiental.org

Manaus
R. Costa Azevedo, 272, 1º and., Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM)
tel: (92) 3631-1244,
isamanaus@socioambiental.org

São Gabriel da Cachoeira
R. Projetada, 70, Centro, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM)
tel: (97) 3471-1156,
isasgc@socioambiental.org

Sumário

Apresentação 4

Destaque do ano 5

Atuação política 6

Marco Temporal no Judiciário, Legislativo e Executivo 7
Recriada a Frente Parlamentar dos Povos Indígenas 7
Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas 7
Encontro nacional das mulheres quilombolas 8
Retomada do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento 9
Reativados o Fundo Amazônia e o Fundo Clima 9
Sociobiodiversidade no futuro do planeta 9
A volta da sociedade civil 10
Licenciamento Ambiental sob ataque 10
Mata Atlântica e comunidades indígenas e tradicionais sob ameaça 10

Economias da sociobiodiversidade e restauração ecológica 11

Nasce o coletivo Redário 12
Do quilombo para a floresta 12
Rede de Sementes do Vale do Ribeira cria cooperativa 13
Alimentos tradicionais na merenda escolar dos Arara 13
Semana do Extrativismo debate economia do futuro 14
Feira de produtos quilombolas volta às periferias de SP 14
Quilombolas querem ter o direito de plantar 15

Gestão e proteção territorial 16

Unidos contra o garimpo ilegal 17
Relatório traz balanço do primeiro semestre da Emergência Yanomami 17
Decreto institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola 18
Isolados continuam sob pressão 18
Rappers cantam no encerramento da campanha Isolados ou Dizimados 18
Yanomami emitem alertas por celular para defender o território 19

Estudos socioambientais 20

Estudo mostra ingestão diária de mercúrio na Amazônia 21
Bolsonaro deixa a presidência com recorde histórico de desmatamento em áreas protegidas 21
Dossiê mostra o estrago do garimpo no Xingu 22
Qualidade hídrica na Bacia do Tapajós 22
Nova ferramenta digital da Raisg monitora incêndios em tempo real 23
Nota técnica lista critérios para escolha de projetos de infraestrutura 23
Animação facilita registro dos Territórios Quilombolas no CAR 23

Parceiros locais 24

A luta dos quilombolas pela estrada no quilombo de Bombas 25
Hidrograma das piracemas pode reviver Volta Grande do Xingu 25
Extrativistas da Terra do Meio (PA) lançam Protocolo de Consulta 26
Indígenas do Xingu apresentam condicionantes socioambientais para Ferrogrão 26
Emergência climática no Amazonas 27
No ar, a Rádio *Online* Wayuri 27
Rede Xingu+ lança série de animações 'Carbono: o que você precisa saber' 28
Mulheres indígenas do Rio Negro contam sua história em filme e livro 28
Rede Xingu+ apresenta documentários e exposição em São Paulo 28
Festival de Veneza celebra o cinema Yanomami 29

Fortalecimento institucional 30

ISA na feira do livro paulistana 31
Governança interna 31

Os números de 2023 32

Quem apoia o ISA 35

Apresentação

O novo governo que se iniciou em 2023 trouxe novidades e desafios. Logo de início, o presidente Lula retomou o **PPCDam** (Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal), o **Fundo Amazônia** e o **Fundo Clima**, abandonados pelo governo anterior. A sociedade civil voltou a ter participação depois de quatro anos excluída dos debates de políticas públicas. Os povos indígenas ganharam protagonismo com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e pela primeira vez, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tem uma presidente indígena. Para organizações como o ISA, que trabalha com essas populações, **o desafio é engajar a sociedade, reforçando a produção de informação sobre a temática indígena**.

O **novo planejamento estratégico** para os próximos cinco anos foi realizado tendo em vista essa nova configuração. Daí resultaram profundas reflexões sobre nosso papel nos territórios e a repactuação de nossas relações com as organizações locais. O plano de equidade étnico-racial que vinha sendo construído foi consolidado.

A **transição do Programa Monitoramento para o Programa Povos Indígenas**, fundamental na produção de informações sobre a temática indígena, foi concluída. Para promover estratégias de enfrentamento à emergência climática nos territórios onde atuamos, respeitando direitos e o modo de vida de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais foi criada a **Iniciativa Clima**. Uma conquista importante foi a criação do **Fundo Legado**, originado pela doação da Sra. Mackenzie Scott. Em fase final de elaboração, permitirá realizar investimentos inovadores e estratégicos.

2023 também foi o ano de consolidação do **Redário**, articulação que reúne 22 redes de sementes em todo o Brasil para promover a restauração florestal. Ações no Congresso e no Judiciário, especialmente sobre o **Marco Temporal**, foram acompanhadas em detalhe pelas equipes do ISA. **Licenciamento ambiental, Medidas Provisórias ameaçando a Mata Atlântica** entraram na pauta de retrocessos socioambientais exigindo a produção de análises e notas técnicas.

A destruição que o **garimpo ilegal** vem causando na **Terra Indígena Yanomami** foi tema de publicações, documentário e denúncias no site e nas redes sociais. No início de 2023, o governo correu em socorro dos indígenas, desnutridos e doentes, e empreendeu ações de combate ao garimpo. Porém, em novembro, o relatório **“Nós ainda estamos sofrendo”**, de associações Yanomami e Ye’kwana sobre o primeiro semestre da **Emergência Yanomami**, mostrou acertos e falhas, como a falta de coordenação das ações.

Na Bacia do Xingu, o garimpo em alta foi denunciado pela **Aliança em Defesa dos Territórios** no dossiê ***Terra rasgada, como avança o garimpo na Amazônia Brasileira*** e em seguida no documentário ***Escute, a Terra foi rasgada***. A Aliança, que o ISA integra, reúne os Munduruku, Kayapó e Yanomami em defesa de seus territórios. Por sua vez, o **ISA e a Rede Xingu+ lançaram o dossiê *Garimpo, o mal que perdura no Xingu*.** Destaque ainda para o estudo sobre a **contaminação dos peixes na Amazônia por mercúrio** usado no garimpo.

Já a agenda quilombola ganhou impulso com a instituição da **Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola**, engavetada desde 2013. No Vale do Ribeira (SP), entretanto, os **quilombolas de Bombas** esperam desde 2015 que uma estrada saia do papel para que possam acessar o município mais próximo, Iporanga. O caminho – entre seis e dez quilômetros – é sinuoso, com desfiladeiros e atoleiros. Os obstáculos privam os quilombolas de direitos básicos de circulação, de acesso à saúde e à infraestrutura. O resumo das nossas atividades está neste relatório.

Boa Leitura!

Adriana Ramos e Rodrigo Gravina Prates Junqueira
Secretaria Executiva

Destaque do ano

Livro e minidocumentário fazem balanço do período mais cruel pós-ditadura para indígenas no Brasil

A **13ª edição do livro *Povos indígenas no Brasil***, publicado pelo ISA e lançado em março, no Sesc 24 de maio, no centro de São Paulo, e em junho, em Brasília, no Memorial dos Povos Indígenas, trouxe o registro do período mais cruel pós-redemocratização para os povos indígenas no Brasil (2017-2022). A obra, editada desde 1980, inicialmente pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi) e a partir de 1996 pelo ISA, é um instrumento para manter viva a memória coletiva de uma história de ameaças e ataques, que não podem mais se repetir. Ao mesmo tempo também é a memória da resistência da luta indígena desses últimos seis anos.

Os artigos abordam temas como associações e políticas indígenas, legislação, demarcação de Terras Indígenas, gestão, manejo e proteção territorial e ambiental, pressões e ameaças impostas pelo avanço de grandes projetos de infraestrutura, desenvolvimento econômico e político, educação, saúde pública, cultura e patrimônio.

Em São Paulo, uma mesa de debates, mediada pelo antropólogo do ISA, Thiago Moreira, contou com a presença de lideranças indígenas: Vanda Witoto, Sandra Benites, Txai Suruí e Watatakalu Ywalapiti. Em Brasília, o evento contou entre outros com o presidente do ISA, Marcio Santilli, com o ministro Luiz Felipe Vieira de Mello, do Conselho Nacional de Justiça, com o líder indígena Kleber Karipuna, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, além da presença de outras lideranças indígenas presentes.

Um minidocumentário realizado pelo ISA acompanhou o lançamento, retratando o período entre 2017 e 2022. Na voz de Vanda Witoto e de diversas lideranças indígenas o filme *Povos Indígenas no Brasil* reverencia a memória viva e coletiva dos mais de 260 povos que vivem no país. Com 16 minutos de duração, expande a narrativa do livro com depoimentos fortes e imagens que ilustram a diversidade indígena brasileira e as violências sofridas pelas comunidades.

Atuação política

O ano de 2023 foi marcado por intensa atividade no Congresso, com a manutenção de pautas envolvendo projetos de lei com impactos negativos para a sustentabilidade socioambiental. Foi também o ano da reconstrução da participação social nas políticas públicas no Brasil. Assim, o ISA assumiu posições representativas na Conaveg – Comissão Nacional de Restauração da Vegetação – e na Conaredd – Comissão Nacional de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal).

O combate ao garimpo ilegal do ouro em territórios indígenas, especialmente no caso Yanomami, exigiu muito esforço do governo. A crise humanitária causada pela atividade ilegal, denunciada pelo ISA há muito tempo, eclodiu no início do ano descortinando um quadro de horror entre os Yanomami assolados pela malária, pela contaminação por mercúrio e pela desnutrição. Também foram revelados fatos por trás do garimpo ilegal. Assim, a Ação de Inconstitucionalidade que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da presunção de boa-fé para comercializar ouro – sem qualquer fiscalização – foi vitoriosa. E a presunção de boa fé foi cancelada. O ISA fez parte do grupo que apresentou o caso.

Outro destaque foi o julgamento do Marco Temporal no Judiciário e no Legislativo. **A agenda quilombola, por sua vez, ganhou relevância e impulso.** Além das iniciativas de titulação foi criada a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial dos Quilombos **(VEJA GESTÃO E PROTEÇÃO TERRITORIAL).**

Marco Temporal no Judiciário, Legislativo e Executivo

O tema do Marco Temporal Indígena teve destaque nesse período, tanto pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 490/2007 quanto pelo julgamento no STF. De acordo com essa teoria, uma Terra Indígena só poderia ser demarcada se comprovado que os indígenas nela estavam no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A interpretação legitima violências e expulsões sofridas por essas populações. Também ignora que elas eram tuteladas pelo Estado e não tinham autonomia para acionar a Justiça até a promulgação da Constituição. O tema foi julgado pelo STF em setembro no Recurso Extraordinário nº 1.017.365, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.031) e a **tese foi rejeitada** (21/9) por nove votos contra dois.

Mas meses antes, em maio, a Câmara havia aprovado o Projeto de Lei nº 490, que tratava desse assunto, e o Senado também. Em 20 de outubro, Lula sancionou o PL aprovado pelo Congresso como Lei nº 14.701, de 2023, mas vetou o Marco Temporal. Em dezembro, o Congresso **derrubou parte dos vetos** (dos 47 só seis foram aceitos) e promulgou os trechos restabelecidos pelos parlamentares, incorporando na lei a exigência do 5 de outubro como parâmetro para a demarcação de Terras Indígenas. O ISA atuou diretamente contra a tese, com manifestações públicas e acompanhando todas as etapas do debate e dos processos judicial e legislativo além dos vetos do Presidente da República.

Recriada a Frente Parlamentar dos Povos Indígenas

Entre as muitas ações de reconstrução das políticas socioambientais, desmontadas pelo governo de Jair Bolsonaro, a **recriação** da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas no Congresso, contou com o apoio do ISA. Na disputa com a extrema direita, a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG) conseguiu se antecipar ao deputado ruralista-bolsonarista coronel Chrisóstomo (PL-RO) e garantiu mais de 200 assinaturas de deputados e senadores para protocolar o pedido de recriação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. O mínimo exigido é de 198 subscrições. O coronel é defensor do garimpo em Terras Indígenas, é contrário a demarcação dessas áreas e também pretendia recriar o coletivo, mas para usá-lo contra os direitos das populações originárias.

Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas

Mais uma vez, o ISA apoiou a realização do Acampamento Terra Livre (ATL) e a Marcha das Mulheres Indígenas. A **19ª edição do ATL** trouxe como tema

"O futuro das Terras Indígenas: sem demarcação não há democracia". Mais de seis mil indígenas reuniram-se durante uma semana no acampamento montado na Praça da Cidadania, em Brasília. Dessa forma, os indígenas deram seu grito sobre a importância da demarcação que ficou paralisada durante o governo anterior. Sobre isso, em setembro, o governo assinou os decretos de homologação (a última etapa do processo de demarcação) da Terra Indígena (TI) Rio Gregório, de 187 mil hectares, dos povos Katukina e Yawanawá, no município de Tarauacá (AC), e da TI Acapuri de Cima, com 19 mil hectares, do povo Kokama, em Fonte Boa (AM). As duas TIs abrangem uma população de cerca de mil pessoas. Também foram destinados quase 20 mil hectares para a regularização da TI Valparaíso (AM) e outros 2,5 mil hectares para a TI Kanela do Araguaia (MT). Para se ter uma ideia, um hectare mede, mais ou menos, um campo de futebol.

Em setembro, mais de oito mil mulheres indígenas caminharam pela Esplanada dos Ministérios em Brasília, durante a III Marcha das Mulheres Indígenas. Elas pediam o fim da violência e mais candidaturas de mulheres indígenas. A mobilização terminou com o compromisso do governo federal em realizar ações específicas de combate à violência nos territórios. A marcha é organizada desde 2019 pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas

Em junho, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

(Conaq) realizou o II Encontro das Mulheres Quilombolas com apoio do ISA. Cerca de 350 delegadas representantes de quilombos de 24 estados e de dois países vizinhos – Colômbia e Equador – participaram do encontro, além de autoridades do governo brasileiro, como a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, a primeira-dama, Janja Lula da Silva, e a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG). O segundo encontro aconteceu nove anos depois do primeiro, em 2014. A ausência de políticas específicas para as mulheres quilombolas, foi um dos assuntos lembrados e debatidos.

Retomada do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento

O primeiro dia do novo governo, eleito em novembro de 2022, trouxe avanços como a retomada do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam). Criado em 2004, foi revogado por Jair Bolsonaro em 2019. Com isso, e o desmonte dos órgãos ambientais no último governo, o desmatamento atingiu a marca de 13 mil km² em 2021, o que não ocorria desde 2006, afastando o país das metas climáticas estabelecidas em acordos internacionais, especialmente no Acordo de Paris, em 2015.

Reativados o Fundo Amazônia e o Fundo Clima

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 59, da qual o ISA participou, **concluiu** pela omissão do governo de Jair Bolsonaro em garantir o funcionamento do Fundo Amazônia, deliberando pela sua reativação. Destaque-se ainda o resultado positivo alcançado na Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 708, com julgamento pela retomada integral e efetiva do Fundo Clima, que contou com as contribuições do ISA escritas e em audiência pública no STF. No tema do Clima, o ISA lidera a ADPF nº 760, impetrada em 2020, que reúne sete partidos políticos e dez organizações sociais e trata do **cumprimento** das metas climáticas brasileiras de combate ao desmatamento na Amazônia. O processo foi pautado por duas vezes durante 2023, mas ainda não foi julgado. O ISA elaborou novas manifestações técnicas e peças judiciais.

Sociobiodiversidade no futuro do planeta

Em agosto, os **Diálogos Amazônicos**, realizados em Belém (PA) para pautar a Cúpula da Amazônia teve papel fundamental na discussão e compreensão da ligação das economias da sociobiodiversidade na região amazônica com o clima e o futuro do planeta. As economias de povos indígenas e comunidades tradicionais foram reconhecidas e defendidas como fundamentais para a regulação do clima. Ao reunir representantes de diferentes setores, como comunidades indígenas e tradicionais, governos, movimentos de base, organizações não-governamentais e setor privado, os diálogos abordaram a garantia e implementação de direitos, especialmente em relação ao território, à valorização e ao uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Em diferentes painéis e depoimentos ficou evidente o reconhecimento da importância do modo de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação da floresta.

A volta da sociedade civil

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o ato do ex-presidente Jair Bolsonaro que reduziu a participação da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) no julgamento da ADPF nº 623, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra o Decreto nº 9.806/2019, com *amicus curiae* do ISA.

Licenciamento Ambiental sob ataque

O ISA e parceiros elaboraram notas técnicas e fortaleceram o debate em torno do Projeto de Lei nº 2.159/2021 que pretende impor retrocessos nas regras gerais de licenciamento ambiental. Aprovado na Câmara em um tratoraço em 2021, o texto é de interesse de dois dos lobbies mais poderosos do Congresso: o ruralista e o da indústria. Caso não seja aprimorado pelos senadores, tornará a maioria dos empreendimentos isenta de licença e de estudos de impacto ambiental, beneficiando empresas e socializando os prejuízos ambientais, sociais e para a saúde. Na prática, será o fim do licenciamento prévio para a grande maioria dos empreendimentos. O relançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em agosto aumentou a pressão pela aprovação da lei, mesmo que em desalinho com as promessas do presidente Lula de incentivar a transição ecológica e zerar o desmatamento. O ISA e o Observatório do Clima publicaram nota técnica conjunta analisando o PL, que não foi retomado pelo Senado em 2023.

Mata Atlântica e comunidades indígenas e tradicionais ameaçadas

Em março, depois que o plenário da Câmara dos Deputados aprovou duas Medidas Provisórias (MPs) relativas à Mata Atlântica, editadas pelo governo anterior, elas seguiram para o Senado. A MP nº 1.150/2022 abre brecha para mais desmatamentos no pouco que restou (12%) do bioma mais ameaçado do país. Nesse caso, a proposta foi feita por meio de um "jabuti", ou seja, uma emenda sem relação com o tema principal da MP – o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). O texto final também prorrogava por mais um ano o limite de tempo para os produtores rurais aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), previsto no Código Florestal. Por meio dele, os produtores rurais formalizam o compromisso de reflorestar ou compensar áreas desmatadas ilegalmente.

A MP extinguia a exigência da Lei da Mata Atlântica determinando que o desmatamento de vegetação primária (nunca desmatada) e secundária (já desmatada) em estágio avançado de regeneração no bioma só poderia ser feito se não houvesse uma "alternativa técnica e locacional". Em maio, o Senado aprovou a MP nº 1150, sem jabutis, que virou a Lei nº 14.595. Já a MP nº 1151 mudou as regras das concessões florestais, abrindo a possibilidade de exploração de outros bens e serviços ambientais, além da madeira, inclusive em áreas protegidas ocupadas por comunidades indígenas e tradicionais e se tornou a Lei nº 14.590.

Economias da sociobiodiversidade e restauração ecológica

Geração de renda e segurança alimentar nas comunidades onde o ISA atua estão no foco da estratégia das economias da sociobiodiversidade e restauração ecológica. Em 2023, foi consolidado o Redário, articulação reunindo 22 redes e grupos de coletores de sementes de todo o Brasil que atuam no reflorestamento. O coletivo inédito promove a troca de conhecimentos e experiências e une saberes tradicionais das comunidades envolvidas com a biodiversidade. Grande parte das redes de sementes vinculadas são de base comunitária com a participação de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, além de pequenos agricultores. A Rede de Sementes do Vale do Ribeira que faz parte do Redário e tem como foco o reflorestamento da Mata Atlântica criou uma cooperativa para fortalecer o trabalho de coleta.

A sociobiodiversidade e seu papel no futuro do planeta foi tema de debates durante a Semana do Extrativismo na Terra do Meio, no Pará. No caminho da valorização da biodiversidade, os indígenas Arara substituíram alimentos ultraprocessados da merenda escolar de escolas indigenas, por pratos e alimentos tradicionais. Essa ação foi resultado de uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília, com apoio do ISA, unindo saberes dos anciãos e informações dos jovens Arara.

O coletivo Redário se consolida

O **Redário**, articulação inovadora de redes e grupos de coletores de sementes de todo o Brasil, se consolidou promovendo a troca de conhecimentos e experiências e fortalecendo a muvuca, técnica de plantio que une saberes tradicionais e biodiversidade. É a ferramenta mais valiosa desse coletivo, que apoia o desenvolvimento de organizações comunitárias regionais voltadas ao mercado de sementes nativas, a partir de capacitação, apoio técnico, gerencial, logístico, comunicacional, comercial e jurídico. Atualmente, a maioria das redes de sementes vinculadas, são de base comunitária – indígenas, quilombolas, geraizeiros, comunidades tradicionais e pequenos agricultores. O resultado é uma cadeia de restauração florestal em larga escala, pautada pelo comércio justo, ampla base genética e rastreabilidade. O **Redário** se baseou na bem-sucedida experiência da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), que há 15 anos atua na restauração de florestas e cerrados na Bacia do Xingu e já ajudou a recuperar oito mil hectares de área degradada, além de valorizar o conhecimento tradicional das comunidades envolvidas.

Do quilombo para a floresta

Para apoiar o trabalho dos coletores de sementes, traçar estratégias de defesa da Mata Atlântica, e valorizar os conhecimentos de convivência com o bioma. o ISA e a Rede de Sementes do Vale do Ribeira **lançaram** em abril o livro *Do quilombo para a floresta*. Trata-se de um guia de plantas da Mata Atlântica organizado por Bianca Cruz Magdalena, pesquisadora em etnobotânica e mestranda em antropologia, e contém informações técnicas e relatos histórico-culturais quilombolas sobre os conhecimentos das plantas nativas da região. O guia cataloga 52 espécies vegetais do bioma, com informações sobre as formas de coleta, beneficiamento, armazenamento e plantio das sementes florestais e os usos associados nos quilombos do Vale do Ribeira.

Rede de Sementes do Vale do Ribeira cria cooperativa

A Rede de Sementes do Vale do Ribeira (SP), uma das integrantes do Redário, que coleta sementes para a restauração de áreas degradadas da Mata Atlântica, deu um passo decisivo para o fortalecimento desse trabalho: em dezembro formalizou uma cooperativa de coletores quilombolas voltada à restauração ecológica de floresta nativa da Mata Atlântica. Ao recuperar e proteger nascentes do bioma, a Rede promove o avanço da biodiversidade, gera renda e contribui para a autonomia das comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira e para o fortalecimento de seus territórios. Desde que foi criada em 2017, a Rede já comercializou mais de seis toneladas de sementes que foram suficientes para a restauração de cerca de 170 hectares de Mata Atlântica nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná, com 100 variedades de espécies nativas. Em 2023, 1,14 tonelada de sementes de 81 espécies foi comercializada.

Alimentos tradicionais na merenda escolar dos Arara

Wàt tynondem (peixe assado enrolado na folha da bananeira), *Karak'kuréum* (taioba), e *Onatji Magarapa* (bolo assado de milho) são os nomes de três pratos tradicionais dos indígenas Arara. Agora eles fazem parte do cardápio da merenda escolar de quatro escolas situadas nas margens do Rio Iriri, em Altamira (PA). A inclusão deles na merenda é fruto de um trabalho de pesquisa-ação apoiado pelo ISA e realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB). É que a construção da hidrelétrica de Belo Monte causou impacto nos hábitos alimentares desses indígenas que passaram a consumir mais alimentos ultraprocessados. A pesquisa conectou os saberes dos mais velhos com a sistematização das informações pelos mais jovens junto às escolas da Terra Indígena Arara. A partir daí, foi disponibilizada uma alta diversidade de alimentos tradicionais para a merenda escolar. Em 2023, esses alimentos foram incluídos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com expectativa de implementação pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) — ambos do governo federal em parceria com a Prefeitura de Altamira.

Semana do Extrativismo debate economia do futuro

Todos os anos, os beiradeiros da Terra do Meio (PA) participam da Semana do Extrativismo (Semex) promovida pela Rede Terra do Meio. Em 2023, a reunião foi na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, a dois dias de barco da cidade de Altamira. Na pauta, o futuro e novas formas de promover economias verdadeiramente sustentáveis. Os empresários que participam da Semex não querem apenas insumos e matérias-primas. Querem rastreabilidade e garantia de origem. Sabem que essas comunidades manejam a floresta há milênios de acordo com sua cultura e modos de vida e é assim que conectam os produtos à floresta viva, manejada por pessoas, que prestam serviços socioambientais de conservação. Quando a articulação surgiu em 2009 a ideia era promover preços justos nas cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, e remunerar ribeirinhos e indígenas da região de forma digna. Com a Rede Terra do Meio, os produtores passaram a negociar o valor dos seus produtos diretamente com as empresas, pulando o intermediário. A Rede Terra do Meio incorporou ao longo do tempo organizações de diferentes naturezas. Hoje está conectada a 20 associações comunitárias de sete Terras Indígenas e três Reservas Extrativistas, além da Comunidade Maribel e da Associação Agroextrativista Sementes da Floresta, da Transamazônica.

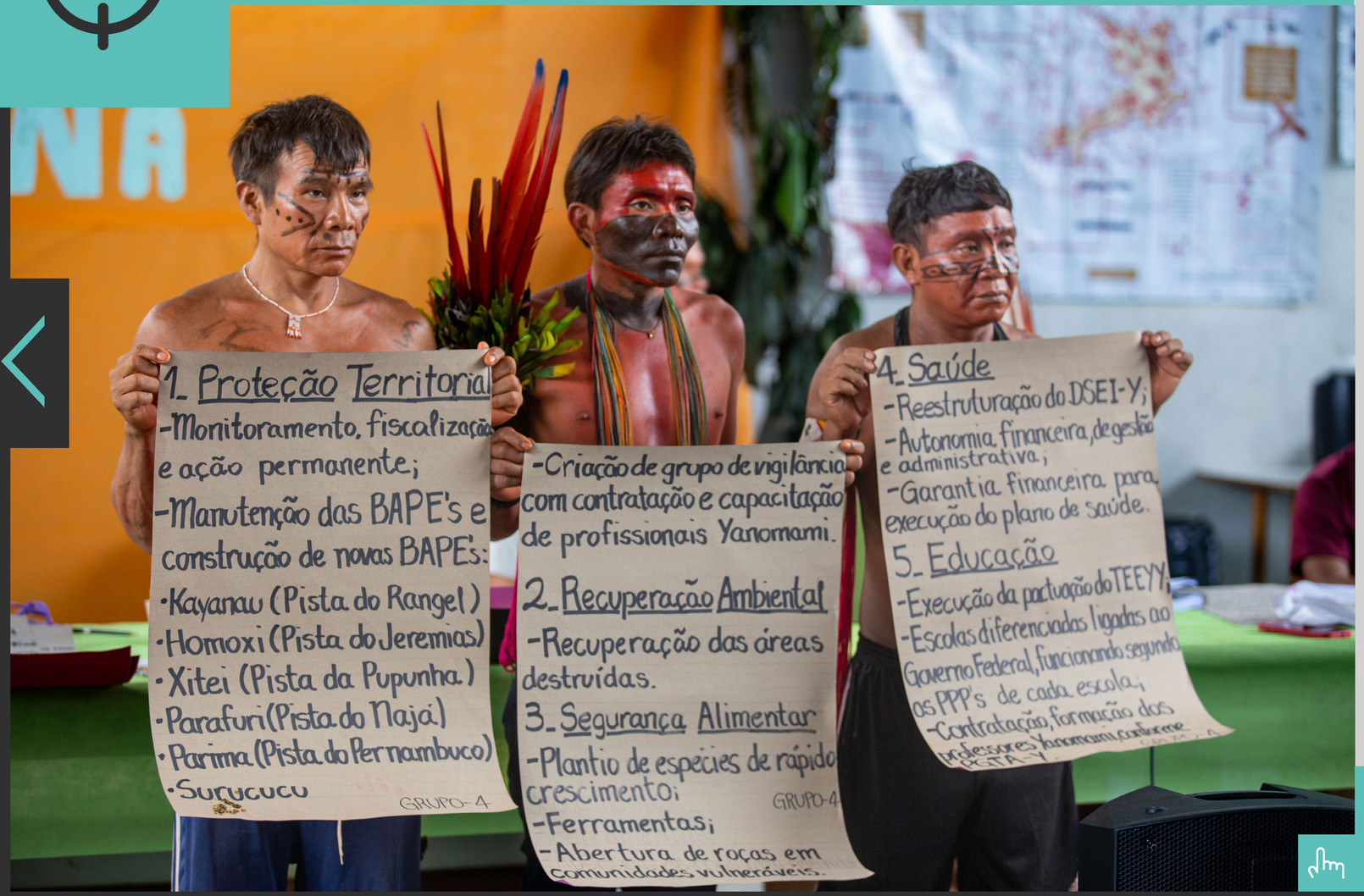
Feira de produtos quilombolas volta às periferias de SP

Em maio, a bem-sucedida feira Quilombo&Quebrada voltou a ser realizada na zona leste de São Paulo, com alimentos tradicionais dos quilombos do Vale do Ribeira (SP) a preços acessíveis. O ciclo de feiras aconteceu quinzenalmente, em São Miguel Paulista e Cidade Tiradentes. A iniciativa nasceu durante a pandemia de Covid-19 para suprir a dependência de vendas fomentadas via políticas públicas fragilizadas no governo Bolsonaro, em que contratos foram rompidos (caso do Programa de Aquisição de Alimentos), dificultando o escoamento da produção quilombola do Vale do Ribeira.

Quilombolas querem ter o direito de plantar

Em agosto, durante a 14ª edição da Feira de Troca de Sementes e Mudas dos quilombos do Vale do Ribeira, realizada em Eldorado (SP), as comunidades discutiram a criminalização das práticas tradicionais e a dificuldade para obter licenças para cultivos perenes – culturas agrícolas não anuais –, monocultivos ou cultivos mistos - que para serem implementados requerem uma conversão de solo. No caso dos Territórios Quilombolas, a demanda é pela autorização de supressão de vegetação para manejo de novas áreas de roças perenes, com foco na geração de renda. O seminário que sempre precede a feira elegeu em 2023 o direito de plantar como foco dos debates. As lideranças quilombolas expressaram a representantes do poder público paulista e federal suas insatisfações por serem enxergados como inimigos e não como parceiros que preservam a natureza e as condições de vida na região, lições que aprenderam com seus ancestrais. A questão que vem dificultando a prática da roça perene por eles gira em torno de interpretações e entendimentos conflitantes tanto por parte dos órgãos fiscalizadores e de um amplo aparato legal que rege os manejos como também das práticas possíveis fora e dentro das Unidades de Conservação que se sobrepuseram aos territórios historicamente ocupados pelas comunidades quilombolas nesta parte da Mata Atlântica.

Gestão e proteção territorial



O Sirad-I, sistema de monitoramento desenvolvido pelo ISA, **identifica as principais ameaças que colocam em risco a vida dos povos isolados** em Terras Indígenas no Brasil. Para isso, são analisadas imagens de radar, obtidas por satélite, e imagens óticas de alta resolução. São monitoradas 22 áreas: duas Unidades de Conservação e 20 Terras Indígenas com presença de povos indígenas isolados, em sua maioria com registros confirmados. Ao todo, o Sirad-I abrange uma área de aproximadamente 187 mil km².

No primeiro quadrimestre de 2023, **o desmatamento aumentou 28% em relação ao mesmo período de 2022**, indicando a persistência de vetores de pressão sobre os territórios dos povos indígenas isolados. Além disso, foram detectadas ações do garimpo, da agropecuária e de madeireiros reacendendo o alerta sobre esses territórios.

Já para as comunidades quilombolas, a boa notícia foi o decreto do governo federal instituindo a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola** que estava engavetada desde 2013. Fez-se real o sonho da luta quilombola.

Unidos contra o garimpo ilegal

Dossiê e filme contam a história da destruição que o garimpo promove nas Terras Indígenas dos Munduruku, Kaiapó e Yanomami. Unidos na Aliança em Defesa dos Territórios, articulação política desse três povos indígenas, que têm no ISA um de seus parceiros, lançaram em março o dossiê *Terra Rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira*. O documento explica os mecanismos que promovem o avanço do garimpo, aponta as fragilidades institucionais da cadeia do ouro e lista uma série de medidas para combater a atividade ilegal. Desse dossiê se originou o filme *Escute, a Terra foi rasgada*, lançado em junho na 12ª Mostra Ecofalante. O documentário propõe um mergulho na luta e no pensamento desses três povos indígenas contra o garimpo ilegal em seus territórios mostrando os impactos e a violência que vêm sofrendo por conta da atividade.

Relatório traz balanço do primeiro semestre da Emergência Yanomami

Seis meses depois de o governo federal decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) na Terra Indígena Yanomami (RR/AM), por conta dos horrores promovidos pelo garimpo ilegal– malária e desnutrição entre outras mazelas – o garimpo começou a desacelerar embora a devastação continuasse crescendo e os garimpeiros voltando.

A Emergência foi decretada depois que – durante o governo de transição e início do novo governo - fotos dos Yanomami doentes e desnutridos tornaram-se virais nas redes sociais e na imprensa de todo o mundo, chamando a atenção para o problema. No entanto, seis meses depois da visita do presidente Lula a Roraima para ver in loco o que ocorria, apoiando as ações de de combate ao garimpo, a Saúde ainda carecia de estruturação.

Em agosto, as associações indígenas dos Yanomami e Ye'kwana — Hutukara Associação Yanomami (HAY), Associação Wanasseduume Ye'kwana (Sedume) e Urihi Associação Yanomami –, com apoio técnico do ISA, divulgaram o relatório "Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami". O documento usa dados e relatos dos indígenas para resumir as ações nos últimos seis meses, ressaltando o que vem dando certo e também expondo falhas como a ausência de uma coordenação do governo federal e problemas nas áreas de saúde, proteção territorial, desintrusão e segurança alimentar. Ao final, o relatório apresentou propostas para fortalecer a proteção territorial e aprimorar os planos de recuperação sanitária das regiões mais afetadas.

Decreto institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola

Em novembro, o presidente Lula assinou o decreto que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). Um sonho da luta quilombola, engavetado desde 2013. A construção dessa política partiu de uma demanda da Conaq (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e passou por um processo de construção coletiva de dez anos, com representantes de comunidades quilombolas, do governo e de parcerias. A PNGTAQ se propõe a promover práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, atuar para garantir os direitos territoriais e ambientais dessas comunidades, favorecer a implementação de políticas públicas de forma integrada, proteger o patrimônio cultural material e imaterial, conservar a biodiversidade e fomentar seu uso sustentável, e ainda, promover a melhoria da qualidade de vida e a justiça climática.

Isolados continuam sob pressão

Em novembro, o Sirad-I informava que no primeiro quadrimestre de 2023, o desmatamento aumentou 28% em relação ao mesmo período de 2022, indicando a persistência de vetores de pressão sobre as Terra Indígenas com presença de povos indígenas isolados. Após recuo no desflorestamento, ações do garimpo, da agropecuária e de madeireiros reacenderam o alerta sobre os territórios.

As informações estão nos boletins do Sirad-I, sistema desenvolvido pelo ISA, que monitora o desmatamento e outras pressões em Terras Indígenas com presença de isolados. Entre maio e agosto haviam sido detectados mais de 300 hectares degradados no interior desses territórios. Na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (RO), por exemplo, habitada por pelo menos cinco grupos isolados e outros quatro povos indígenas, nem mesmo a sobreposição com o Parque Nacional (Parna) Pacaás Novos impediu a ação dos invasores. Em 2023, o Sirad-I detectou 90,6 hectares de desmatamento na TI. Outros destaques de aumento das pressões foram nas Terras Indígenas Piripkura (MT), Munduruku (PA) e Pirititi (RR).

Rappers *cantam no encerramento da campanha Isolados ou Dizimados*

A Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e a Opi (Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato), em parceria com a agência Wieden+Kennedy SP, lançaram, em junho, a música e o clipe

"O Chamado dos Isolados" para marcar o encerramento da campanha"Isolados ou Dizimados", iniciativa de organizações da sociedade civil para alertar sobre a importância de proteger os povos isolados no Brasil. Os *rappers* do Brô Mcs cantam "Não deixe os isolados virarem dizimados, os donos da floresta sentem medo", música de sua autoria e da ativista indígena Lidia Guajajara.

Yanomami emitem alertas por celular para defender o território

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) implementou em setembro uma nova ferramenta de sistema de alertas na Terra Indígena Yanomami (TIY). Com apoio técnico do ISA, as comunidades podem alimentar o sistema por meio do aplicativo ODK Collect para celulares. Por meio de um formulário, indígenas devidamente capacitados podem anexar fotos, vídeos, áudios, pontos de localização com coordenadas geográficas e relatos sobre invasões, riscos sanitários e ambientais. A inclusão no dispositivo pode ser feita *off-line* e o envio quando houver conexão com a internet. Outra novidade é que a ferramenta disponibiliza opções em línguas indígenas – yanomami, ye'kwana, sanoma – e também em português a fim de garantir o acesso a todos os povos da TIY. O funcionamento é simples: uma

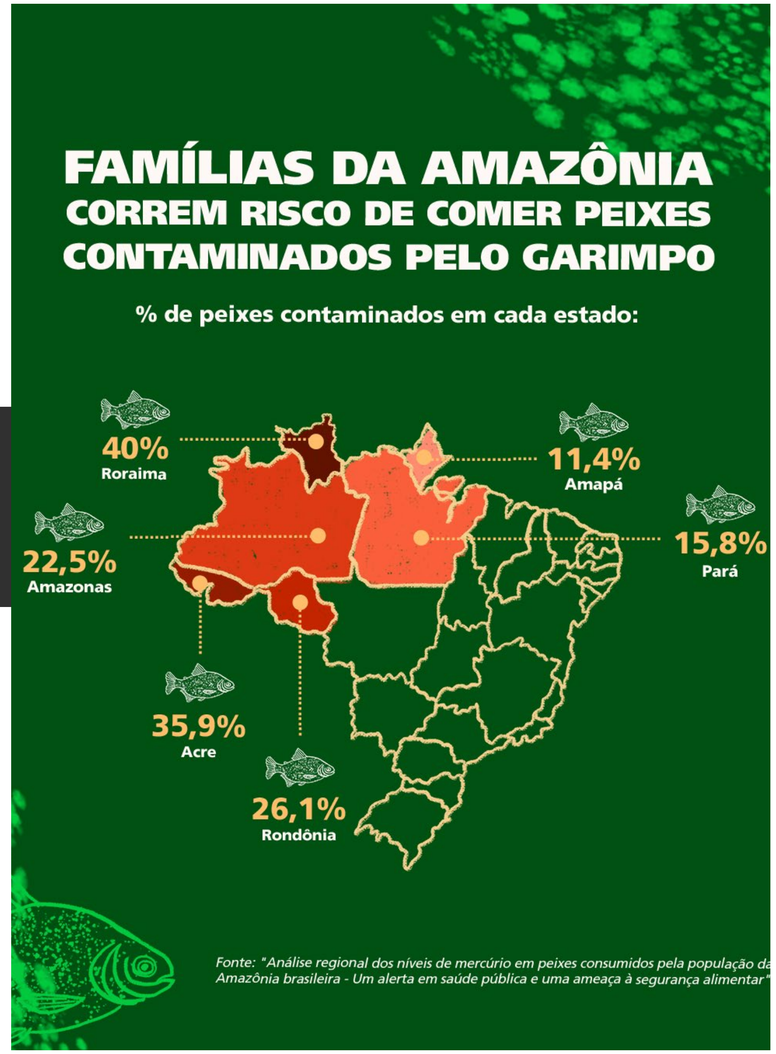
vez que o sistema recebe a denúncia, operadores qualificam as informações para validar os relatos, que em seguida ficarão expostos em um painel virtual e público para que autoridades, instituições parceiras e a imprensa possam ter ciência de qualquer anormalidade que ameace o território.

Estudos, notas técnicas e plataformas

Em 2023, o ISA realizou **estudos, notas técnicas e relatórios** que tiveram repercussão na mídia nacional. O ano começou trazendo um estudo do final de 2022 com um balanço dos quatro anos do governo Bolsonaro, registrando um recorde histórico de desmatamento em áreas protegidas, incluindo Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.

A destruição que o garimpo ilegal de ouro vem causando na Amazônia foi motivo de um estudo do ISA, Fiocruz e parceiros, sobre a contaminação de mercúrio nos peixes dessa região: a ingestão diária de mercúrio pode ser até 31,5 vezes superior ao nível recomendado pela Organização Mundial da Saúde. A devastação promovida pelo garimpo também foi abordada **em dossiê sobre a região do Xingu**.

Outros destaques foram o **estudo sobre a qualidade das águas** na Bacia do Tocantins e uma **plataforma** da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) que monitora incêndios em tempo real.



Estudo mostra ingestão diária de mercúrio na Amazônia

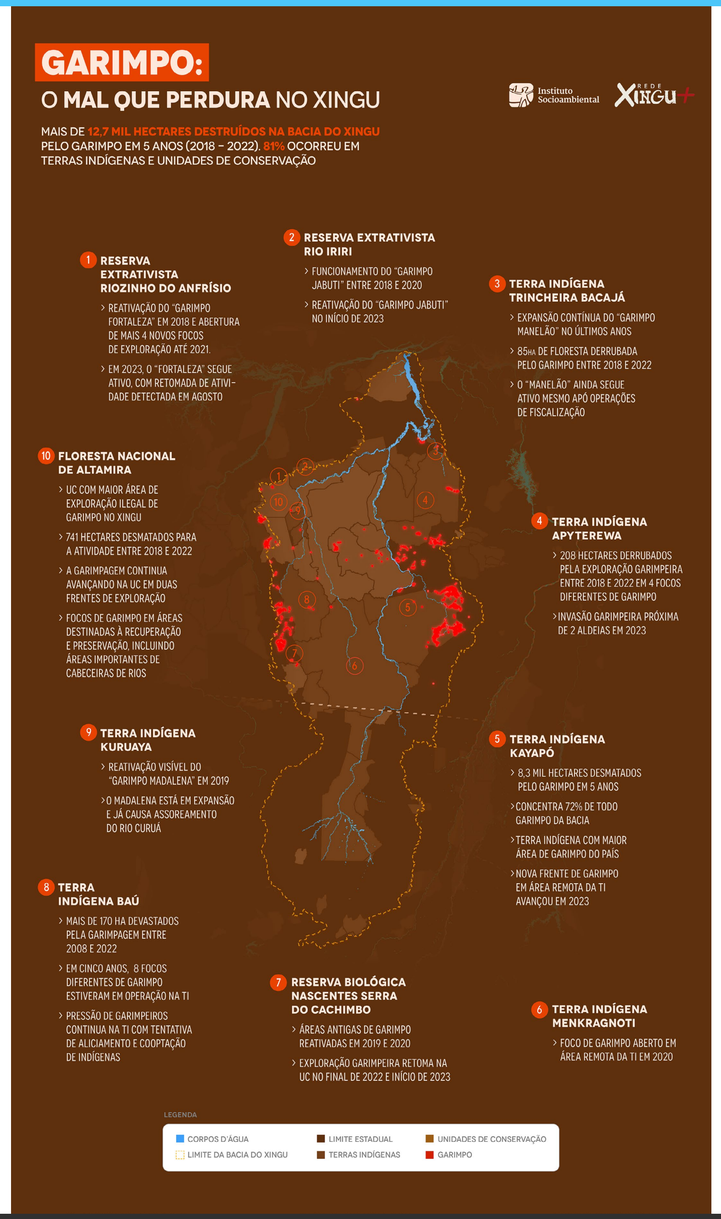
Realizado nos principais centros urbanos da Amazônia, abrangendo seis estados, o estudo revela que os peixes da região estão contaminados por mercúrio apresentando níveis acima do limite aceitável de ≥ 0,5 µg/g, estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ou seja, pode ser até 31,5 vezes superior ao nível recomendado.

A pesquisa levada adiante pelo ISA, Fiocruz, Universidade Federal do Oeste do Pará (Unifopa), Greenpeace, Iepé e WWF-Brasil foi feita em mercados e feiras de 17 cidades amazônicas onde foram compradas as amostras utilizadas pelos pesquisadores. Os piores índices estão em Roraima, com 40% de peixes com mercúrio acima do limite recomendado, e Acre, com 35,9%. Já os menores indicadores estão no Pará, com 15,8%, e no Amapá, com 11,4%. Na média, 21,3% dos peixes comercializados nas localidades e que chegam à mesa das famílias na região amazônica têm níveis de mercúrio acima dos limites seguros.

A ciência tem mostrado nas últimas décadas que a contaminação por mercúrio (Hg) é um problema ambiental e de saúde pública. O mercúrio é largamente utilizado pelo garimpo ilegal de ouro, que vem crescendo vertiginosamente, deixando um rastro de destruição. Outras atividades realizadas por seres humanos, incluindo o desmatamento, a queimada de florestas e a construção de hidrelétricas, aumentam os níveis de contaminação por mercúrio em corpos d'agua e no ambiente.

Bolsonaro deixa a presidência com recorde histórico de desmatamento em áreas protegidas

No final de dezembro de 2022, o ISA publicou o estudo *A Geografia do desmatamento na Amazônia Legal* sobre os índices de desmatamento em Áreas Protegidas durante o governo de Jair Bolsonaro: retrato revelador da destruição da Amazônia, com perdas florestais severas que comprometem diretamente a vida dos povos indígenas e tradicionais. Segundo a análise do ISA, as Unidades de Conservação Federais de proteção integral e uso sustentável registraram aumentos de 111% e 116%, respectivamente. Os Territórios Quilombolas (TQs) registraram um aumento de 13%. Já nas Terras Indígenas, principal alvo de crimes cometidos durante o governo Bolsonaro, o aumento do desmatamento foi de 157%, demonstrando a omissão generalizada do Estado e o estímulo à ilegalidade ambiental.



Dossiê mostra o estrago do garimpo no Xingu

Em novembro, o ISA e a Rede Xingu+ publicaram o dossiê *Garimpo – O mal que perdura no Xingu*, mostrando o avanço e reincidência do garimpo entre 2018 e junho de 2023 nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação localizadas na Bacia do Xingu. Os dados do Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento na Bacia do Xingu (Sirad X), que integra o Observatório De Olho no Xingu, indicam que nesse período foram mais de 12,7 mil hectares de áreas de garimpo abertas – 82% dentro de áreas protegidas.

O documento detalha a extensão do garimpo em seis Terras Indígenas e cinco Unidades de Conservação no Xingu.

O caso mais grave é o da Terra Indígena Kayapó, no Pará, que concentrou 72% de todo o garimpo na bacia entre 2018 e 2022, sendo a Terra Indígena com a maior área de desmatamento gerada pelo garimpo ilegal de todo o país.

Nesse território, o garimpo destruiu mais em cinco anos do que nas três décadas anteriores. Também as Unidades de Conservação não passaram em branco nesse período, assoladas por garimpos ilegais que aumentaram a partir da derrubada de mais de mil hectares de vegetação primária. Diversos rios tiveram seus leitos destruídos e suas águas assoreadas e contaminadas.

Qualidade hídrica na Bacia do Tapajós

A nota técnica apresenta os resultados da avaliação exploratória da relação entre os dados de qualidade das águas continentais da Bacia do Tapajós, nos municípios de Jacareacanga, Itaituba, Trairão, Rurópolis, Aveiro e Santarém, no Pará, com os dados relativos à evolução temporal do desmatamento e garimpo na bacia. A pesquisa apresenta alguns aspectos inovadores, sendo o mais relevante a utilização de extensas séries temporais de dados de sensoriamento remoto para determinar os parâmetros relativos à qualidade d'água em locais que não possuem dados *in loco*. Posteriormente esses dados foram cruzados com dados sobre a evolução temporal de desmatamento e mineração.

Nova ferramenta digital da Raisg monitora incêndios em tempo real

A plataforma AMA (nome que significa chuva em Guarani), lançada em maio e desenvolvida pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), permite o monitoramento em tempo real dos incêndios que ocorrem em toda a Amazônia e ainda envia alertas antecipados desses eventos devastadores. A ferramenta também permite monitorar as mudanças no uso do solo e, portanto, o avanço do desmatamento nessa vasta região sul-americana. Por meio da AMA é possível visualizar uma extensão territorial de 8,7 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a 40% da América do Sul. A maior preocupação da equipe da Raisg são os incêndios cíclicos que ocorrem no território amazônico dividido entre Brasil e Bolívia, onde são registrados 94% de todos os incêndios florestais da América do Sul. A plataforma é o resultado de dois anos de intenso trabalho e da estreita participação de mais de 40 especialistas, que se encarregaram de mapear detalhadamente a região para fornecer informações precisas em tempo real.

Nota técnica lista critérios para escolha de projetos de infraestrutura

Como o planejamento de infraestrutura pode resultar em melhores escolhas, em termos de maiores benefícios socioeconômicos para a sociedade, enquanto evita intervenções que levem ao desperdício do dinheiro público e graves danos socioambientais? Como pode haver mais transparência e participação da sociedade na tomada de decisões sobre alternativas de projetos nos setores de transporte e energia? Essas questões motivaram a elaboração da nota técnica "Critérios para análise e classificação de empreendimentos de infraestrutura propostos para inclusão no Plano Plurianual 2024-2027 e no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) lançada em junho pelo ISA, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Transparência Internacional - Brasil, Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental. O documento contém um conjunto de critérios para a análise prévia de alternativas de investimentos em infraestrutura e uma proposta de categorias de diagnóstico e de classificação com o objetivo de contribuir com a escolha de projetos incluídos no planejamento do governo.

Animação facilita registro dos Territórios Quilombolas no CAR

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) lançou em junho, no II Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, um vídeo animado de conscientização, incentivo e instrução direcionado às comunidades quilombolas que ainda não estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Realizado com apoio do Observatório do Código Florestal (OCF), do ISA e da Norway's International Climate and Forest Initiative (NICFI), o vídeo tem o objetivo de orientar e encorajar as comunidades a procurar a Conaq para auxílio no processo de cadastro. A Conaq disponibiliza suporte técnico e informações sobre o CAR, auxiliando as comunidades tradicionais a realizar o registro de forma correta e garantindo o reconhecimento de seus territórios. Narrado pela ativista ambiental quilombola, Kátia Penha, do quilombo Divino Espírito Santo (ES), o vídeo conta a história de Tereza, uma quilombola do Amazonas. Nele, a personagem fictícia exalta a história de resistência dos quilombos no Brasil e reforça a necessidade de titulação dos territórios para assegurar direitos e preservar a cultura dos quilombolas.

Parceiros locais

2023 foi o ano de refletir sobre as estratégias da organizacão em relacão aos parceiros locais. O novo governo criou o Ministério dos Povos Indígenas, com Sonia Guajajara no comando, e a Funai ganhou sua primeira presidente indígena, Joênia Wapichana, sinalizando um novo momento na relacão dos povos indígenas com a sociedade. Essa configuração política ensejou debates e reflexões do ISA sobre novas formas de relacionamento e parceria.

A luta dos quilombolas pela estrada no quilombo de Bombas

Desde 2015 o quilombo de Bombas, no Vale do Ribeira (SP), espera o cumprimento de decisão judicial que obrigou o Estado de São Paulo a construir uma estrada ligando a comunidade ao município mais próximo, Iporanga. Quase nove anos depois, a estrada não saiu do papel e continua a prejudicar os quilombolas tirando-lhes direitos básicos como a livre circulação. A ausência da estrada impossibilita o acesso a serviços básicos como saúde e educação e a execução de melhorias na infraestrutura da comunidade.

Chegar até Bombas é uma aventura. São duas comunidades: Bombas de Baixo e Bombas de Cima. Para chegar a Bombas de Baixo é preciso caminhar seis quilômetros e até Bombas de Cima, mais quatro quilômetros em mata fechada. Em alguns trechos, a trilha contorna desfiladeiros, e em outros, o chão de terra batida dá lugar a um atoleiro. Para se ter uma ideia, além da falta de acesso à saúde e educação, não há coleta de lixo, a água vem de cursos d'água próximos, não há linhas de transmissão de energia elétrica e os moradores contam com geradores e sistemas fotovoltaicos para abastecer temporariamente as residências. Quando precisam de socorro médico são transportados em lombo de burro. Os alimentos que produzem nas roças se perdem porque não conseguem ser comercializados.

O ISA, que trabalha há muito tempo com a comunidade, produziu uma série de matérias para mostrar que os direitos básicos não chegaram aos quilombolas de Bombas.

Hidrograma das piracemas pode reviver Volta Grande do Xingu

Em julho, pesquisadores Juruna Yudjá da Terra Indígena Paquiçamba e comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Rio Xingu (PA), com acadêmicos de diversas áreas da ciência, lançaram a animação Pulsa Xingu! Uma proposta chamada Hidrograma das Piracemas baseada em critérios ecológicos para que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte libere volumes de água mais adequados para reprodução dos peixes e, assim, seja possível reviver a Volta Grande do Xingu. Esses pesquisadores e cientistas integram o Monitoramento Ambiental e Territorial Independente (Mati) da Volta Grande do Xingu, que mede diariamente os impactos provocados por Belo Monte. A partir dessa observação e de análises, os pesquisadores propõem a revisão do sistema de operação da hidrelétrica como condição para proteção da vida na região, simulando o pulso de inundação do Rio Xingu, ou seja, o Hidrograma das Piracemas.

Extrativistas da Terra do Meio (PA) lançam Protocolo de Consulta

A exemplo do que as comunidades indígenas já vêm fazendo, os beiradeiros da Reserva Extrativista (Resex) do Riozinho do Anfrísio, em Altamira (PA), lançaram em julho seu **protocolo** de consulta. O documento é fruto de um processo de meses de discussão em reuniões comunitárias e deliberação coletiva, e estabelece como governos, empresas, pesquisadores e outros interessados devem consultar os beiradeiros a respeito de atividades que impactam seu território e modo de vida.

A **consulta** aos povos tradicionais é um direito estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Ter um protocolo de consulta é uma importante expressão da organização política dos extrativistas e da defesa de seus direitos. Criada em 2004, a Resex também sofre os impactos da hidrelétrica de Belo Monte. Entre 2017 e 2022 houve um aumento de 48% em ramais ilegais dentro do território, indicativo de expansão do roubo de madeira e grilagem de terras. De agora em diante, as regras estão definidas.

Indígenas do Xingu apresentam condicionantes socioambientais para Ferrogrão

Após decisão do STF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.553, o STF chamou para si a responsabilidade de avaliar o cumprimento das condicionantes legais – especialmente as socioambientais - de qualquer execução ligada aos processos administrativos da ferrovia EF-17, a Ferrogrão. O STF deverá autorizar previamente. A ferrovia tem 933 km de extensão, impacta 16 Terras Indígenas e mais de uma dezena de áreas protegidas, povos indígenas e tradicionais da Bacia do Xingu.

Articulados na Rede Xingu+, da qual o ISA faz parte, as populações afetadas apresentaram aos órgãos responsáveis pelo projeto uma análise sobre a necessidade de se rever a concessão da Ferrogrão. O **documento** foi entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Ministério dos Transportes (MT), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Advocacia-Geral da União (AGU), ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O

objetivo foi contribuir com a adequação da concessão às novas diretrizes da política pública do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam), e com o compromisso do país de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030.

Emergência climática no Amazonas

2023 registrou a pior estiagem da história no maior estado do Brasil, o Amazonas, cujo território de 1.559.255, 881 km² é equivalente às áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia somadas. O Amazonas, que abriga a maior parte da Amazônia no Brasil, sofreu intensamente os efeitos da emergência climática.

O ano entra para a História porque os maiores rios da bacia amazônica atingiram marcas recordes de seca, deixando os 62 municípios amazonenses em estado de emergência.

Também foi o ano em que Manaus apresentou a terceira pior qualidade do ar no mundo devido às queimadas ilegais e à secura impulsionada pelo fenômeno climático El Niño e pelas mutações do clima.

Em outubro, reunidos em oficina de trabalho na comunidade Boca da Estrada, no Rio Tiquié, os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) chamaram atenção para o longo verão entre agosto e novembro. Eles acompanham diariamente em diferentes comunidades as atividades de manejo e os indicadores ambientais e climáticos. A forte estiagem paralisou a navegação rio acima, a partir de Manaus para as cidades do Rio Negro, impedindo o transporte de combustível e de outros itens fundamentais às populações que vivem à margem dos rios. As condições climáticas vêm se alterando com altas temperaturas atmosféricas e também nas águas dos rios e vazantes acentuadas.

No ar, a Rádio Online *Wayuri*

No final de novembro, depois de muito trabalho e sonho, a Rádio *Online* Wayuri – A voz dos 23 Povos Indígenas do Rio Negro foi inaugurada em São Gabriel da Cachoeira (AM). É a primeira rádio web

da região, e inclui também os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. A primeira transmissão oficial, durante o lançamento, na sede da rede, foi feita pela comunicadora Juliana Albuquerque, do povo Baré, e pelo comunicador José Paulo, Piratapuya.

O retorno das comunidades veio desde ouvintes em Iauaretê, no Alto Rio Uaupés, até de Campinas (SP), onde diversos estudantes indígenas cursam a universidade. O projeto da Rede Wayuri, em parceria com o projeto Escolas de Redes Comunitárias da Amazônia, do Projeto Saúde e Alegria, tem o apoio da Diálogo Brasil, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e do ISA.

Com a inauguração da rádio *online*, o trabalho inovador da rede – referência na comunicação de indígena para indígena – terá maior alcance, chegando a mais pessoas dentro do território indígena do Rio Negro e em regiões para além da Amazônia.

Rede Xingu+ lança série de animações 'Carbono: o que você precisa saber'

Em dezembro, a Rede Xingu+ e o ISA lançaram uma animação com quatro episódios com informações para que povos indígenas e comunidades tradicionais entendam um projeto de carbono e seus impactos.

O que é carbono, como o carbono e outros gases na atmosfera estão acelerando as mudanças climáticas e que negociações internacionais estão sendo feitas para diminuir o aquecimento do planeta? Com destaque para a importância das salvaguardas socioambientais, a série "Carbono: o que você precisa saber" apresenta uma introdução a um dos temas mais discutidos no campo do socioambientalismo. Contribui assim com o debate sobre como o desmatamento está acelerando as mudanças climáticas e sua relação com o carbono e outros gases na atmosfera, além das soluções propostas para diminuir o aquecimento do planeta.

Mulheres indígenas do Rio Negro contam sua história em filme e livro

Produzido pelo ISA em parceria com o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (Dmirn) e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o documentário *Rionegrinas* foi lançado no Centro de Convivência dos Povos Indígenas da UnB (Maloca), em Brasília, em setembro, durante a III Marcha das Mulheres Indígenas. A direção e o roteiro são da documentarista Fernanda Ligabue e da articuladora de políticas socioambientais do ISA, Juliana Radler, com a colaboração de Dadá Baniwa, Carla Dias, Dulce Morais e Ana Amélia Hamdan.

O filme conta, por meio de depoimentos das mulheres indígenas, a luta por espaço, território, renda e

sustentabilidade. Desde as roças até as universidades, desde a casa-território até os cargos públicos. O lançamento faz parte das comemorações dos 20 anos do Dmirn. Além do documentário também foram lançados o livro *As mães do Departamento de Mulheres Indígenas da Foirn – Conquistas e desafios* e um site.

Rede Xingu+ apresenta documentários e exposição em São Paulo

Em outubro, comunicadores indígenas da Rede Xingu+ apresentaram suas realizações audiovisuais na loja

Floresta no Centro, do ISA, na Galeria Metrópole, em São Paulo. Foram exibidos os filmes *A castanha é o nosso tempero* e *Kurigre, esquilo*, produzidos e dirigidos por Kujaesãge Kaiabi e Kamatxi Ikpeng. Em seguida à apresentação, um bate papo reuniu os cineastas indígenas com o público.

A apresentação dos filmes foi precedida pelo grupo musical Lakitas Sinchi Warmis, que reúne mulheres imigrantes e filhas de imigrantes que fortalecem sua cultura por meio de músicas tradicionais andinas. A loja abrigou uma exposição fotográfica assinada por Kujaesãge Kaiabi e Kamatxi Ikpeng. São 11 fotos que contam as histórias de quatro projetos comunitários desenvolvidos pelos povos indígenas do Território Indígena do Xingu (TIX), que foram realizados graças ao Fundo Apoio às Iniciativas Comunitárias (AIC), criado pelo ISA em 2017.

Festival de Veneza celebra o cinema Yanomami

A parceria do festival com a associação cultural Isola Edipo e a Fundacão Cartier, intitulada *Eyes of the forest*, apresentou três curtas: *Thuë Pihi Kuuwi – Uma Mulher Pensando; Yuri u xëatima thë – A Pesca com Timbó;* e *Mãri Hi - A Árvore do Sonho*. Este último foi dirigido pelo primeiro cineasta Yanomami, Mozarniel Ɨramari.

Os filmes foram exibidos na mostra paralela *Giornate degli Autori* que dedicou o dia 4 de setembro a Mozarniel Ɨramari e a produções recentes do cinema Yanomami. Por meio da história da árvore dos sonhos e como os xamãs sonham, Mozarniel levou para o festival a luta dos Yanomami contra o garimpo ilegal e o Marco Temporal. Antes de Veneza, o cineasta havia sido premiado no Festival de Gramado de 2023 levando o prêmio de Melhor Fotografia e o prêmio do Júri. O filme tem a participação do xamã e líder Yanomami Davi Kopenawa, que fala sobre o conhecimento do seu povo sobre os sonhos. Aida Harika, Roseane Yariana e Edmar Tokorino são os responsáveis pelos outros dois curtas. São os primeiros filmes com mulheres Yanomami na produção e que fizeram sua estreia em um festival internacional de cinema. Em 2022, uma oficina de montagem audiovisual foi realizada com eles e ensejou a produção dos três curtas.

Fortalecimento institucional

2023 foi o ano de construção de um novo planejamento estratégico do ISA para os próximos cinco anos (2024-2028). Visando viabilizar a participação do maior número possível de colaboradores, e também contar com contribuições de parceiros locais e apoiadores, realizamos uma agenda durante todo o ano. O planejamento traz novos desafios, refletindo o momento em que vive o Brasil. A criação do Ministério dos Povos Indígenas e a ascensão da primeira presidente indígena da Funai marcaram a consolidação do protagonismo dos povos indígenas na política, sinalizando um novo momento na relação com a sociedade brasileira.

A nova configuração **terá papel relevante na atualização da produção de informação** sobre povos indígenas com destaque para o desafio de engajar a sociedade com a temática indígena. Para organizações da sociedade civil que atuam com povos indígenas, como o ISA, essa mudança ensejou profundas reflexões sobre seu papel nos territórios, permeando o debate em torno do novo planejamento e pautando uma abordagem de repactuação das relações de parcerias com organizações locais. Nesse contexto, novos desafios se delineiam no próximo período, e o fortalecimento institucional se mantém como um dos eixos estratégicos no planejamento dos próximos cinco anos.

ISA na feira do livro paulistana

Em junho, a capital paulista recebeu a segunda edição da Feira do Livro. Com um estande próprio, como na primeira edição, o ISA apresentou ao público mais de 30 títulos, entre edições próprias e co-edições; rodas de conversa; e exibições de filmes em realidade virtual. Organizada pela Associação Quatro Cinco Um e pela Maré Produções, a Feira busca trazer o público literário de todas as idades para o espaço urbano promovendo a riqueza cultural e a bibliodiversidade que marcam o país.

O evento foi sediado na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, com entrada gratuita. O ISA reuniu em seu estande os editores do livro *Povos Indígenas no Brasil 2017-2022*, para contar os bastidores da edição e trazer um pouco da história contemporânea dos povos indígenas do País, com destaque para os desafios e ameaças enfrentados no período coberto pela obra.

Governança interna

Durante o ano, consolidamos a **transição do Programa de Monitoramento para o Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB)**, que terá papel relevante na produção de informação na nova configuração de protagonismo dos povos indígenas, com destaque para o desafio do engajamento da sociedade com a temática indígena.

Consolidamos nosso **plano de equidade étnico-racial**, com o estabelecimento de objetivos em cada programa e área da instituição.

Contratamos uma profissional especializada para instituir nossa **área de Desenvolvimento Humano e Organizacional**, avançando significativamente nas políticas de cuidado e de gestão com pessoas.

Avançamos na reestruturação do Regimento Interno e atualização das **políticas de conformidade**, totalizando 23 políticas e 16 tópicos.

A criação do Fundo Legado, originado pela doação da Sra. Mackenzie Scott, foi uma importante conquista. Esse fundo, cuja governança e regras de funcionamento estão em fase final de elaboração, permitirá ao ISA realizar investimentos inovadores e estratégicos para potencializar o trabalho e perenizar o legado institucional.

A criação do Fundo também contribuiu para atualizar as estratégias de investimento para que tenham impacto, assegurando que os recursos do ISA sejam investidos em atividades sustentáveis e que não fortaleçam setores da economia com práticas predatórias que combatemos com nosso trabalho.

Criamos ainda a **Iniciativa Clima** para promover estratégias de enfrentamento da emergência climática que respeitem os direitos e valorizem os meios de vida de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Assim, o ISA quer contribuir para impulsionar a autonomia desses povos e comunidades no sentido de proteger e gerir seus territórios, tendo em vista a equidade de gênero e geracional.

Em 2023, o ISA tinha 201 colaboradores, 39 deles contratados durante o ano (30 CLT e 9 Estágios). Entre as novas pessoas contratadas, 28 são mulheres e 11 são homens assim distribuídos: 12 brancas, dez pretas, nove pardas, cinco indígenas e três amarelas.

Os números de 2023

Comunicação

A divulgação em maio do estudo sobre a contaminação por mercúrio nos peixes da Amazônia teve grande repercussão na mídia. Foram **298 inserções em veículos impressos** como Estadão, O Globo, Folha de S.Paulo e Correio Braziliense; em sites como o g1, UOL e Terra; em rádio e tevê como a CBN, o Jornal Nacional, o SBT Brasil, a Band News TV, a TV A Crítica e a CNN Brasil, além das redes sociais.

O estudo evidencia uma das consequências do garimpo ilegal de ouro na Amazônia: **a contaminação das águas e peixes por mercúrio, metal tóxico utilizado na atividade**. A análise, realizada pelo ISA, Fiocruz, Iepé, WWF-Brasil, Unifopa (Universidade Federal do Oeste do Pará) e Greenpeace, revelou que a ingestão diária de mercúrio pode ser até 31,5 vezes superior ao nível recomendado pela Organização Mundial da Saúde. A pesquisa foi feita em mercados e feiras livres de 17 cidades de seis estados da Amazônia onde foram compradas as amostras. Na média, 21,3% dos peixes comercializados nas localidades estudadas e que chegam à mesa das famílias da região têm níveis de mercúrio acima dos limites seguros.

ISA na mídia

2.618 inserções

Destas 58 foram para rádio, tevê e *podcasts* (Jornal Nacional, Jornal da TV Cultura, SBT, CBN, RFI, Fantástico, Jornais da Globo News, podcasts Ao Ponto (O Globo), Café da Manhã (FSP) e O Assunto (g1).

- **A pesquisa sobre contaminação de peixes por mercúrio na Amazônia teve enorme repercussão na mídia, com 298 inserções.**
- **O ISA (Estêvão Senra, Juliana Batista, Luísa Molina e Márcio Santilli), teve destaque em 167 entrevistas e reportagens sobre a crise humanitária dos Yanomami, como na Folha de S.Paulo, Valor Econômico, UOL, *podcast* Café da Manhã e artigo publicado no Jota.**
- **O ISA foi citado em 37 notícias sobre Marco Temporal e PL nº 490 e foi mencionado em 62 matérias sobre o julgamento do Marco Temporal no STF, em veículos como Estadão, Pública, AFP, Folha de S.Paulo, Associated Press, g1, Valor Econômico e Reuters**
- **O lançamento do *Povos Indígenas no Brasil 2017-2022* foi destaque na mídia, com manchetes no Valor Econômico, CBN, Um Só Planeta (Grupo Globo) e em outros 13 veículos.**

Artigos assinados

19 artigos assinados nos jornais Valor Econômico, Folha de S. Paulo, A Crítica, nos *sites* Nexo Jornal, Poder 360, Congresso em Foco, Uma Gota no oceano, Jota e Sumaúma.

Notícias socioambientais

219 total

NSAs mais visualizadas

O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami
(31/01/2023)
60.606 visualizações

Vídeo traz informações falsas sobre Cogumelo Yanomami; leia a nota do ISA
(26/01/2023)
10.303 visualizações

Indígenas do Alto Rio Negro (AM) relatam sensação de 'água fervendo' e igarapés intransitáveis
(9/10/2023)
6.758 visualizações

Redes Sociais

533 mil seguidores

Em 2023, publicamos mais de **3,1 mil posts** nas nossas principais redes sociais: Facebook, Twitter, Instagram e Linkedin – este último incorporado este ano na estratégia de redes sociais da organização.

Somando a essas redes nossos perfis no TikTok e YouTube, **ultrapassamos a barreira de meio milhão de seguidores**, com 533,3 mil pessoas nos seguindo nas diferentes redes sociais, considerando possíveis sobreposições. **Um crescimento no ano de 15,9%, o maior desde 2020.**

No **Telegram** o perfil da organização reuniu **560 seguidores**.

No **Instagram**, chegamos na marca dos 151,5 mil seguidores, com um **crescimento de 11,6%**, o maior incremento desde 2020 e acelerando novamente o ritmo de crescimento pelo quarto ano consecutivo.

No **Twitter**, **crescemos 2,74%** no número de seguidores, ultrapassando no período os 89,8 mil seguidores.

No **TikTok** alcançamos os **7,2 mil** seguidores.

No **YouTube**, canal que utilizamos como repositório de vídeos, somamos **41,1 mil assinantes** e tivemos 625,4 mil visualizações nos vídeos publicados no canal.

Tivemos **mais de 676,9 mil interações entre likes, comentários e compartilhamentos** no Twitter, Facebook, Instagram e Linkedin entre janeiro de 2023 e dezembro de 2023.

Acessos aos sites

3.385.867
sessões de usuários

6.159.372
visualizações

Manchetes Socioambientais

10.500 assinantes
recebem diariamente o *clipping* de notícias socioambientais publicadas pelo ISA, por jornais impressos, jornais *on line* e sites de notícias.

Documentação

Em 2023, a Plataforma do Acervo Socioambiental atingiu **mais de 240 mil itens**:

- **201.837 notícias**
- **21.106 documentos**
- **14.202 fotos**
- **3.024 livros**
- **443 teses/dissertações**
- **287 publicações do ISA**
- **250 vídeos**
- **74 mapas**

Durante o ano, a Plataforma do Acervo teve:

- **349.024 visualizações** de páginas
- **217.329 sessões** de usuários
- **179.603 *downloads***

Fotos indexadas e inseridas no Banco de Imagens
21.084

Vídeos indexados e inseridos no Banco de Imagens
806

Notícias indexadas e inseridas no Banco de Notícias
2.196

Documentos e livros indexados e inseridos na Base Bibliográfica
781

Informática

Computadores
329

Atendimentos
1.357

Atendimentos em horas
871

Domínios
92

Caixas Postais
290 (9,48 Tb)

Mensagens/e-mails
4.801.488

Plataforma ZOOM

423 reuniões

8.388 participantes

8.047 duração em horas

Quem apoia o ISA

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

- Associação Bem-Te-Vi Diversidade
- Catholic Agency for Overseas Development | CAFOD
- Charles Stewart Mott Foundation | MOTT
- Climate and Land Use Alliance | CLUA
- Embaixada Real da Noruega | ERN
- Environmental Defense Fund | EDF
- Fundação Ford
- Fundo Amazônia / BNDES
- Furriela Advogados
- Good Energies Foundation / Porticus
- Gordon and Betty Moore Foundation | GBMF
- Gusmão e Labrunie Propriedade Intelectual | GLPI
- Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
- Instituto Clima e Sociedade | iCS
- Nia Tero
- Rainforest Foundation Norway | RFN
- União Europeia | Comissão Europeia | UE

REDES & CONEXÕES

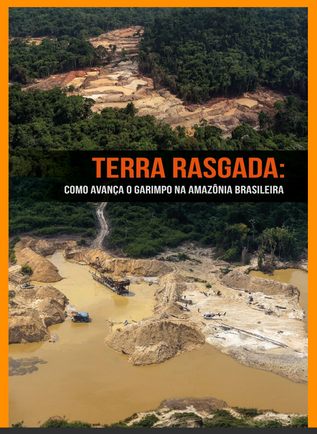
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil | APIB
- Associação Brasileira de ONGs | ABONG
- Caminhos da Semente
- Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas 2021-2030
- Observatório do Clima | OC
- Observatório do Código Florestal | OCF
- Origens Brasil
- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada | RAISG
- Redário
- Rede de Cooperação Amazônica | RCA
- Rede de ONGs da Mata Atlântica | RMA
- Rede de Sementes do Cerrado | RSC
- Rede de Sementes do Vale do Ribeira | RSVR
- Rede de Sementes do Xingu | RSX
- Rede Rio Negro | RRN
- Rede Terra do Meio/Vem do Xingu | RTM
- Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica | SOBRE

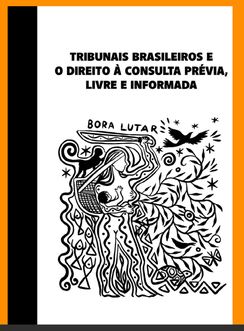
PARCEIROS DE EXECUÇÃO NOS TERRITÓRIOS

- Associação Agroextrativista Sementes da Floresta | AASFLOR
- Ação Ecológica Guaporé | Ecoporé
- Associação do Povo Indígena Arara Ugorog'mó
- Associação do Quilombo São Pedro | Heborá
- Associação dos Produtores Indígenas de Tabalascada
- Associação Expedicionários da Saúde | EDS
- Associação Floresta Protegida | AFP
- Associação Indígena Iakiô | Iakiô
- Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu | AIJUVX
- Associação Indígena Khisedje | AIK
- Associação Indígena Korina Juruna da Aldeia Pakissamba | AIKJAP
- Associação Indígena Kuruatxe
- Associação Indígena Pyjahyry Xipaya | AIPX
- Associação Indígena Tato'a | AIT
- Associação Indígena Tukayá Etnia Xipaya | AITEX
- Associação Indígena Yudjá da Aldeia Lakarika | KUMAREHA
- Associação Médicos da Floresta | AMDAF
- Associação Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu | AMOMEX
- Associação Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri | AMORERI
- Associação Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio | AMORA
- Associação Nacional de Quilombos para Cooperação – Negra Anastácia
- Associação Ribeirinha e de Produtores Rurais da Comunidade Goianinho | ARPRUCG
- Associação Terra Indígena Xingu | ATIX
- Associação Wai-Wai | AWW
- Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes | AYRCA
- Associação Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu | AYMIX
- Associações Indígenas dos Povos Wai Wai de Roraima | APIWR
- Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia | Rioterra
- Associação das Comunidades Waimiri Atroari | ACWA
- Conselho Indígena de Roraima | CIR
- Cooperativa das Mulheres Agricultoras de Tremembé | COOMATRE
- Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira | Cooperquivale
- Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará | MALUNGU
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas | CONAQ
- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras | EAACONE
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro | FOIRN
- Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
- Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola | FUNDAG
- Health in Harmony | HIH
- Hutukara Associação Yanomami | HAY
- Instituto Kabu
- Instituto Raoni
- Movimento dos Ameaçados por Barragens | MOAB
- Universidade Estadual do Mato Grosso | UNEMAT
- Universidade Federal do Pará | UFPA

PARCEIROS DE COOPERAÇÃO POR PROJETO

- Amazon Conservation Team – Brasil | ACT-Brasil
- Agência Francesa de Desenvolvimento | AFD
- Amigos da Terra | AdT
- Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - Museu das Culturas Indígenas | MCI
- Azul Linhas Aéreas
- Banco Itaú
- Banco Mundial
- Benevity Causes
- Bonfarto Kaj Konservado | BKK
- Center for Climate Crime Analysis
- Charities Aid Foundation America | CAF
- Climate Alliance
- Conservation International Brazil | CI
- Darwin & NIRAS-LTS International
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
- Donatelli Tecidos / Arte Nativa Aplicada
- Ecociencia
- Embaixada da Irlanda
- Família Mattos
- Fern
- Fundação do Principe Albert II de Mônaco
- Fundación Amigos de la Naturaleza | FAN
- Fundación Gaia Amazonas
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade | FUNBIO
- Global Witness
- Greenpeace
- Instituto Bacuri
- Instituto BEI | IBEI
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola | IMAFLORA
- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena | IEPÉ
- Instituto El Bien Comun | IBC
- Kitanda das Minas
- Legado Integrado da Região Amazônica / Instituto de Pesquisas Ecológicas | LIRA / IPÊ
- Luminate Brasil
- Manaus Transmissora de Energia S.A.
- Museu A Casa do Objeto Brasileiro
- Natura Cosméticos S.A.
- NGOSource – Equivalency Determination Certificate
- Oak Foundation
- Open Society Foundations | OSF
- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica | OTCA
- Palladium International LLC
- Próspera Social
- Rainforest Foundation US | RFUS
- Repórteres Sem Fronteiras | RSF
- ReWild
- ROCK WORLD S.A. / Rock in Rio
- Schneider Electric
- Sociedade para os Povos Ameaçados | STPI
- Stiftung Preußischer Kulturbesitz | SPK
- Tides Foundation
- United Nations International Children's Emergency Fund - Brasil | UNICEF-Brasil





PUBLICAÇÕES EM 2023 / CONHEÇA NOSSA LOJA

ISA
Instituto Socioambiental

Junte-se ao ISA!

Os povos da floresta e o meio ambiente estão gravemente ameaçados no Brasil. O seu apoio fortalece nossa atuação por um Brasil socioambientalmente diverso.

www.socioambiental.org